

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do Artg. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;



DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A. (“Autopista Regis”), companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.336.431/0001-06, com sede na Rodovia SP 139, nº 226, Bairro São Nicolau, CEP: 11.900-000, Município de Registro, Estado de São Paulo, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Registro, 29 de março de 2016.

Eneo Palazzi
Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A. (“Autopista Regis”), companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.336.431/0001-06, com sede na Rodovia SP 139, nº 226, Bairro São Nicolau, CEP: 11.900-000, Município de Registro, Estado de São Paulo, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Registro, 29 de março de 2016.

Eneo Palazzi
Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Autopista Régis Bittencourt S.A.

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Autopista Régis Bittencourt S.A.
Registro - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Régis Bittencourt S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para sociedades abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação em 25 de fevereiro de 2015.

Campinas, 29 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour
Contador
CRC nº 1 SP 156465/O-9

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTES				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.944	62.830	Empréstimos e financiamentos	12	80.761	66.937
Contas a receber	6	17.379	15.737	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	19.692	14.393
Contas a receber - partes relacionadas	15	43	9	Debêntures	13	-	45.383
Estoques		-	1.336	Fornecedores	14	27.915	31.956
Despesas antecipadas		3.649	2.768	Obrigações sociais		6.718	5.881
Impostos a recuperar		10.569	5.477	Obrigações fiscais		4.119	4.300
Outros créditos		721	221	Contas a pagar - partes relacionadas	15	1.799	990
Total dos ativos circulantes		<u>45.305</u>	<u>88.378</u>	Cauções contratuais		14.445	15.996
				Taxa de fiscalização		1.072	1.002
NÃO CIRCULANTES				Dividendos propostos	18	-	4.264
Aplicações financeiras vinculadas	8	34.982	29.038	Provisão para investimentos em rodovias	16	9.529	8.960
Depósitos judiciais	16	734	648	Sinistros Recebidos	17	1.366	2.630
Outras contas a receber		3.501	-	Outras contas a pagar		111	94
Imobilizado	9	3.155	3.053	Total dos passivos circulantes		<u>167.527</u>	<u>202.786</u>
Intangível	10	2.032.276	1.639.190	NÃO CIRCULANTES			
Diferido	11	11.126	14.640	Empréstimos e financiamentos	12	838.719	781.636
Total dos ativos não circulantes		<u>2.085.774</u>	<u>1.686.569</u>	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	432.770	147.379
				Fornecedores		2.824	-
				Riscos civeis, trabalhistas e fiscais	16	1.315	1.859
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	62.009	72.357
				Provisão para manutenção em rodovias	16	63.280	49.752
				Total dos passivos não circulantes		<u>1.400.917</u>	<u>1.052.983</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18	413.785	358.785
				Reservas de lucros	18	148.850	160.393
				Total do patrimônio líquido		<u>562.635</u>	<u>519.178</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>2.131.079</u>	<u>1.774.947</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.131.079</u>	<u>1.774.947</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	669.640	680.835
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(596.580)	(577.564)
LUCRO BRUTO		<u>73.060</u>	<u>103.271</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	20	(22.187)	(24.061)
Remuneração da Administração	15	(1.826)	(1.621)
Tributárias		(182)	(417)
Outras receitas operacionais, líquidas		1.352	330
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		50.217	77.502
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	7.194	6.330
Despesas financeiras	21	<u>(74.865)</u>	<u>(56.342)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(17.454)	27.490
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	23	(4.437)	-
Diferidos	23	10.348	(9.537)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>(11.543)</u>	<u>17.953</u>
LUCRO ATRIBUÍDO A			
Participação de controladores		<u>(11.543)</u>	<u>17.953</u>
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$		<u>(0,04977)</u>	<u>0,08574</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido
			Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2014		197.110	8.990	137.714	-	343.814
Aumento de capital em reversão de dividendos	18 a)	7.675	-	-	-	7.675
Aumento de capital em recursos financeiros	18 a)	154.000	-	-	-	154.000
Lucro líquido do período		-	-	-	17.953	17.953
Destinação do lucro líquido:						
Reserva Legal		-	896	-	(896)	-
Dividendos propostos	18 b)	-	-	-	(4.264)	(4.264)
Retenção de lucros		-	-	12.793	(12.793)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		358.785	9.886	150.507	-	519.178
Aumento de capital em recursos financeiros	18 a)	55.000	-	-	-	55.000
Lucro líquido do período		-	-	-	(11.543)	(11.543)
Destinação do lucro líquido:						
Retenção de lucros		-	-	(11.543)	11.543	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		413.785	9.886	138.964	-	562.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2015	31.12.2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	(11.543)	17.953
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Fluxo operacional - resultados que não afetam caixa		
Depreciações e amortizações	73.439	44.152
Baixa de ativos permanentes	1.446	823
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.348)	9.537
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(4.070)	(2.067)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	25.229	16.932
Juros e variações monetárias de empréstimos	44.761	36.429
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	3.509	2.606
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(327)	4.198
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	10.588	6.116
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(1.642)	(1.149)
Contas a receber - partes relacionadas	(34)	846
Estoques	1.336	(990)
Despesas antecipadas	(881)	(820)
Impostos a recuperar	(4.453)	(917)
Outros créditos	(500)	(107)
Depósitos judiciais	(86)	(609)
Outras contas a receber	(3.501)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	6.162	(3.736)
Fornecedores - partes relacionadas	123	(5.274)
Cauções contratuais de fornecedores	(233)	5.045
Obrigações sociais	837	(366)
Obrigações fiscais	1.754	612
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.963)	-
Sinistros Recebidos	(1.264)	-
Outras contas a pagar	17	(135)
Taxa de Fiscalização	70	55
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	(217)	(3.756)
Despesas antecipadas sobre empréstimos	(76)	-
Pagamento de juros - federais	(80.708)	(52.670)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	41.425	72.708
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(666)	(1.341)
Aquisições de itens do intangível	(418.357)	(422.306)
Aplicação financeira vinculada	(6.687)	(18.117)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	4.174	6.955
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(421.536)	(434.809)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	134.543	260.889
Pagamentos	(66.734)	(42.212)
Pagamentos de debêntures - principal	(39.400)	-
Captações de empréstimos empresas ligadas	284.777	10.000
Pagamentos de principal - empresas ligadas	(33.697)	-
Pagamento de dividendos	(4.264)	-
Aumento de Capital	55.000	154.000
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	330.225	382.677
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(49.886)	20.576
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	62.830	42.254
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	12.944	62.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
RECEITAS		
Prestação de serviços	267.866	267.148
Receita dos serviços de construção	414.691	435.615
Outras receitas	13.434	1.881
	<u>695.991</u>	<u>704.644</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(52.870)	(48.689)
Custo dos serviços de construção	(414.691)	(435.615)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.148)	(9.109)
Custo da concessão	(19.477)	(19.091)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	(10.588)	(6.116)
Outros	(10.563)	(11.594)
	<u>(513.337)</u>	<u>(530.214)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>182.654</u>	<u>174.430</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(73.439)	(44.152)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)	<u>109.215</u>	<u>130.278</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	7.194	6.330
Juros capitalizados	47.519	19.194
Outros	1.352	-
	<u>56.065</u>	<u>25.524</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>165.280</u>	<u>155.802</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	25.893	23.118
Benefícios	6.037	5.057
FGTS	1.630	1.482
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	5.303	19.463
Municipais	13.921	13.193
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	44.761	36.474
Juros capitalizados BNDES	26.670	14.200
Juros capitalizados Debentures	3.116	4.994
Aluguéis	1.658	-
Outras	4.872	2.936
Remuneração de capitais próprios:		
Juros	25.229	16.932
Juros capitalizados sobre Mútuos	17.733	-
Integralização de Capital		
Dividendos	-	4.264
Lucro do exercício	(11.543)	13.689
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>165.280</u>	<u>155.802</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

***Autopista Régis Bittencourt
S.A.***

Demonstrações Financeiras referentes ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e
relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139 nº 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A., a qual continuará garantindo a execução de seu programa de investimentos no portfólio atual de concessões. A Sociedade encontra-se em fase inicial onde há necessidade de um alto volume de investimentos. Por isso, a Sociedade necessita captar recursos tanto de terceiros como do seu acionista Arteris S.A. O grupo Arteris conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica das suas subsidiárias e a capacidade de gerarem caixa para prover recursos suficientes, de modo que a Sociedade possa lidar com suas obrigações e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2016.

2. CONCESSÕES

A Autopista Régis Bittencourt S.A. é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT.

A Autopista Régis Bittencourt S.A. está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 - SP. A Sociedade assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia.
- 30 km de terceira faixa.
- 55 km de vias laterais.
- 26,4 km de variantes/contornos.
- Construção de 51 passarelas.
- Construção de 6 praças de pedágio.
- Construção de 9 Bases de Serviços Operacionais – BSO’s.

- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão da Sociedade, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como (obras, impostos e serviços,) que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela concessionária decorrentes dos contratos de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todo o prazo da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$8.436. A partir de 31 de dezembro de 2015 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$144.818 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do Edital do Leilão.
- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social da Sociedade previu a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$1.066.226 (R\$1.399.384 em 31 de dezembro de 2014) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$645.959 (R\$602.465 em 31 de dezembro de 2014) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

Referidas estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

A Sociedade celebrou Termos de Ajuste de Conduta – (“TAC”), com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início das concessões até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura deste TAC de ajuste, a Sociedade, realizará o equivalente à R\$29 milhões em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão.

A Sociedade está definindo junto a ANTT as obras que farão parte deste termo. Estes investimentos serão avaliados com base em laudo de peritos independentes para que seja determinado o momento do reconhecimento do ativo intangível entre dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovado Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração da Sociedade apresenta todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais, e essas informações correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo, até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “Empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras vinculadas

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário – CDB, debêntures e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, quando aplicável, limitadas ao prazo da concessão.

Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014, era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por

redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo do contrato.

Instrumentos financeiros passivos

a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens

não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme nota explicativa nº 7.

Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 16.

Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015, a Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção da rodovia em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	9.839	9.252
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>9.529</u>	<u>8.960</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(310)</u>	<u>(292)</u>
 <u>Não circulantes</u>		
Provisão para manutenção em rodovias - real	75.650	60.755
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>63.280</u>	<u>49.752</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(12.370)</u>	<u>(11.003)</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecida no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e efeitos dos ajustes a valor presente.

Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IFRS 11 – Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto	Fornece as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 – Combinações de negócios.	(1)
Alterações a IAS 16 a IAS 38 – Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações a IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações a IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(1)
Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Vendas ou contribuição em ativos entre investidor e associada ou joint venture	As alterações lidam com situações em que ocorre uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.	(1)
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 entidades de investimento: aplicação da exceção para consolidação	As alterações esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas vale para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10.	(1)
Alterações à IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa	Fornece os esclarecimentos sobre a melhoria das informações apresentadas aos usuários das demonstrações financeiras sobre as atividades de financiamento.	(2)
Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o lucro	Fornece as alterações sobre o reconhecimento e mensuração de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais.	(2)
IFRS 15 – Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(3)
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Revisão em 2014 contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.	(3)
IFRS 16 – Arrendamento Mercantil	Estabelece os princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores e substituirá o IAS 17 – Arrendamentos Mercantis, bem como interpretações correlatas.	(4)

- (1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;
- (2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;
- (3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;
- (4) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019;

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Adicionalmente, o pronunciamento e a interpretação emitidos pelo IASB, listado a seguir, entrou em vigor no presente exercício. Não há impactos dessa alteração, uma vez que não é aplicável a Sociedade.

Pronunciamento	Descrição
<p>Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos – contribuições dos empregados</p>	<p>Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado.</p>
<p>Alterações as IFRSs – Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2011-2013 (aplicáveis a partir de 1º de julho de 2014)</p>	<p>As alterações incluídas nas Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e ciclo 2011-2013 não tiveram impacto significativo sobre as divulgações ou valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.</p>

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	1.404	1.560
Aplicações financeiras (*)	<u>11.540</u>	<u>61.270</u>
Total	<u><u>12.944</u></u>	<u><u>62.830</u></u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundo de investimento exclusivo, composto basicamente por títulos públicos federais e títulos atrelados ao CDI, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,55% da variação do CDI no exercício.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31.12.2015		31.12.2014
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	13.695	-	14.736
Cupons de pedágio a receber	822	-	820
Cartões de pedágio a receber	198	-	181
Receitas acessórias a receber (a)	2.664	3.501	-
Total	<u>17.379</u>	<u>3.501</u>	<u>15.737</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25c.

(a) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que pode ocorrer em um período maior conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representadas por:

<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Bases do passivo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	47.247	50.464
Provisão de participação nos lucros	2.638	1.604
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	1.315	1.859
Outras provisões	336	-
Provisão para manutenção	63.280	49.752
Ajuste dos encargos financeiros	3.499	1.717
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças passivas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	(318.245)	(318.245)
Amortização passivas dos ajustes - mudança de práticas contábeis	17.516	-
Estorno de capitalização de juros	34	34
Base de cálculo	<u>(182.381)</u>	<u>(212.815)</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(62.009)</u>	<u>(72.357)</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

- (b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Passivo não circulante</u>	
2017	(7.576)
2018	(3.612)
2019	(3.612)
2020	(3.612)
A partir de 2021	(43.597)
	<u>(62.009)</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo é de R\$34.982 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$29.038, e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 98,92% da variação do CDI.

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periférico	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Imobilizado em Andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2013	834	642	217	8.161	1.402	-	11.256
Adições	46	293	-	650	672	39	1.700
Transferências / Reclassificações (a)	-	7	-	(8.158)	-	(7)	(8.158)
Alienações/baixas	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Saldo em 31.12.2014	880	942	217	653	2.073	32	4.797
Adições	41	15	-	522	88	-	666
Transferências / Reclassificações	32	-	-	-	-	(32)	-
Alienações/baixas	-	-	-	-	(7)	-	(7)
Saldo em 31.12.2015	953	957	217	1.175	2.154	-	5.456
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2013	(314)	(461)	(153)	(712)	(406)	-	(2.046)
Depreciações	(86)	(89)	(27)	(49)	(176)	-	(427)
Transferências / Reclassificações	-	-	-	729	-	-	729
Saldo em 31.12.2014	(400)	(550)	(180)	(32)	(582)	-	(1.744)
Depreciações	(94)	(119)	(19)	(100)	(225)	-	(557)
Saldo em 31.12.2015	(494)	(669)	(199)	(132)	(807)	-	(2.301)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2014	480	392	37	621	1.491	32	3.053
Saldo em 31.12.2015	459	288	18	1.043	1.347	-	3.155
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%	-	-

(a) Refere-se a transferência de imobilizado para intangível devido a desapropriação de imóvel de terceiro onde se localiza a sede administrativa, passando o local a ser de domínio do poder concedente, como sendo parte da faixa de domínio.

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento a fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2013	1.090.056	1.128	221.156	840	1.313.180
Adições	106.254	401	330.372	10.000	447.027
Transferências / Reclassificações	108.090	-	(89.092)	(10.840)	8.158
Alienações/baixas	(39)	-	(783)	-	(822)
Saldo em 31.12.2014	1.304.361	1.529	461.653	-	1.767.543
Adições	79.621	146	384.126	-	463.893
Transferências / Reclassificações	68.538	-	(68.538)	-	-
Alienações/baixas	(6)	-	(1.433)	-	(1.439)
Saldo em 31.12.2015	1.452.514	1.675	775.808	-	2.229.997
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2013	(86.878)	(554)	-	-	(87.432)
Amortizações	(39.975)	(217)	-	-	(40.192)
Transferências / Reclassificações	(729)	-	-	-	(729)
Saldo em 31.12.2014	(127.582)	(771)	-	-	(128.353)
Amortizações	(69.123)	(245)	-	-	(69.368)
Saldo em 31.12.2015	(196.705)	(1.016)	-	-	(197.721)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2014	1.176.779	758	461.653	-	1.639.190
Saldo em 31.12.2015	1.255.809	659	775.808	-	2.032.276
Taxas de amortização - a.a.	3,6%	20%	-	-	-

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo

Autopista Régis Bittencourt S.A.

amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a duplicação da Serra do Cafezal.

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	5.568	5.568
Consumo	5.129	5.129
Custos contratuais da concessão	9.101	9.101
Depreciações e amortizações	115	115
Conservação da rodovia	13.309	13.309
Serviços de terceiros	1.742	1.742
Tributários	2.378	2.378
Resultados financeiros	(1.880)	(1.880)
Outros gastos	(124)	(124)
	<u>35.338</u>	<u>35.338</u>
Amortização acumulada	<u>(24.212)</u>	<u>(20.698)</u>
	<u>11.126</u>	<u>14.640</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,21% a.a.	dezembro/2024	80.761	66.937
Passivo não circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,21% a.a.	dezembro/2024	<u>838.719</u>	<u>781.636</u>
Total			<u>919.480</u>	<u>848.573</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	83.863
2018	90.763
2019	98.230
2020	106.309
A partir de 2021	<u>459.554</u>
	<u><u>838.719</u></u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

Da Sociedade

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência do contrato de financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento do contrato de concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação do Contrato, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados;
- e) Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, pagamento de juros dos mútuos ou amortização de principal desses mútuos quando a relação entre o patrimônio líquido e o passivo total for inferior a 20%;
- f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de quinze por cento da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:
 - 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.

- 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.
- 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:
- 3.1 À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da concessionária.
- 3.2 Aos mútuos concedidos à concessionária por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.
- 3.3 Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos contratos.
- h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES.
- j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela concessionária nos contratos de financiamentos, o valor mínimo do equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento.
- k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:

- (a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do grupo econômico.
- (b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.
- (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
- (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção dos contratos de concessão.
- (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

A Sociedade apresentou seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. Conforme mencionado no item “h” acima a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

Do acionista

- a) Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da concessionária, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da concessionária ou em transferência do controle acionário da concessionária, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da concessionária.
- b) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da concessionária, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico da concessionária ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- c) Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social da concessionária, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- d) Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social da concessionária, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social da concessionária, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- e) Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência do contrato, a totalidade das ações emitidas pela concessionária.
- f) Na hipótese de extinção do contrato de concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões da concessionária ou ainda por falência ou recuperação judicial da concessionária, pagar, de forma solidária, o equivalente a vinte e cinco por cento do saldo devedor perante o BNDES, em até noventa dias a contar do término do contrato de concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente

deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de sessenta dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.

Caso a indenização não ocorra no prazo de doze meses a contar do término do contrato de concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até sessenta dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

São representadas por:

	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31.12.2015 Circulante	31.12.2014 Circulante
1ª emissão (a)	3.940	CDI + 1,4% a.a.	julho/2015	-	45.383
Total				-	45.383

(a) 1ª emissão de debêntures emitida em 4 de outubro de 2013 com valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2015 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor subscrito
1ª emissão	04.10.2013	39.400	08.10.2013	39.415

A Sociedade quitou integralmente a 1ª emissão de debêntures na data de 6 de julho de 2015 conforme previsto no contrato.

14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de R\$27.915 (R\$31.956 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e as transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A.	43	-
Latina Sinalização de Rodovias	-	5
Autopista Planalto Sul S.A.	-	4
Total	<u><u>43</u></u>	<u><u>9</u></u>
 <u>Passivo circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	19.692	14.393
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (a)	1.731	881
Latina Manutenção de Rodovias (b)	68	109
	<u>21.491</u>	<u>15.383</u>
Dividendos propostos:		
Arteris S.A. (c)	-	4.264
Total	<u><u>21.491</u></u>	<u><u>19.647</u></u>
 <u>Passivo não circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	161.772	147.379
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (d)	270.998	-
Total	<u><u>432.770</u></u>	<u><u>147.379</u></u>

Contas de Resultado:	31.12.2015			31.12.2014		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (e)	Despesas gerais (a)
Arteris S.A.	-	25.229	6.514	-	16.932	5.075
Latina Manutenção de Rodovias Ltda	232	-	-	252	-	82
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.	-	-	-	-	-	1
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista	-	-	1	-	-	-
Autovias S.A.	-	-	-	-	-	1
Vianorte S.A.	-	-	-	-	-	1
Autopista Planalto Sul S.A.	-	-	2	-	-	-
Autopista Fluminense S.A.	-	-	1	-	-	1
Total	<u>232</u>	<u>25.229</u>	<u>6.518</u>	<u>252</u>	<u>16.932</u>	<u>5.161</u>

- a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- c) Em 10 de abril de 2015, a Sociedade distribuiu os Dividendos obrigatórios constituídos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 à controladora Arteris S.A., no montante de R\$ 4.264.
- d) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissão de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, celebrado com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do spread de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros da 2ª emissão em 27 de abril de 2017, da 3ª emissão em 25 de setembro de 2017, da 4ª emissão em 19 de agosto de 2017, da 5ª emissão em 18 de setembro de 2017 e da 6ª emissão em 19 de outubro de 2017.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.12.2015	31.12.2014
27.04.2015	abril/2017	CDI + 1,50% a.a.	50.000	4.409	-
27.05.2015	abril/2017	CDI + 1,50% a.a.	30.002	2.325	-
25.06.2015	junho/2017	CDI + 1,50% a.a.	37.000	2.485	-
03.07.2015	junho/2017	CDI + 1,50% a.a.	43.000	2.754	-
07.07.2015	abril/2017	CDI + 1,50% a.a.	20.000	1.261	-
19.08.2015	agosto/2017	CDI + 1,50% a.a.	20.000	938	-
18.09.2015	setembro/2017	CDI + 1,50% a.a.	40.000	1.439	-
19.10.2015	outubro/2017	CDI + 1,50% a.a.	15.000	385	-
			<u>255.002</u>	<u>15.996</u>	<u>-</u>

- e) Decorrentes de contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,4% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2016 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.12.2015	31.12.2014
29.09.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	4.000	3.844	2.994
06.10.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	7.000	6.695	5.211
27.10.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	17.000	16.027	12.449
05.11.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	7.000	6.555	5.087
27.11.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	22.000	20.294	15.712
05.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	7.000	6.420	4.966
19.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	24.000	21.801	16.839
07.07.2014	dezembro/2018	CDI + 1,4% a.a.	10.000	1.828	514
			<u>98.000</u>	<u>83.464</u>	<u>63.772</u>

Em 27 de maio de 2015, a Sociedade amortizou sua dívida do contrato de mútuo com a Arteris que foi assinado em 26 de fevereiro de 2015, sendo o valor de R\$30.000 correspondente ao principal e R\$754 referente a juros.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$1.826 (R\$1.621. em 31 de dezembro de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.638 e R\$2.206.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o exercício que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas

estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2015</u>
Civeis	1.298	1.613	(2.334)	(144)	433
Trabalhistas	<u>561</u>	<u>1.065</u>	<u>(671)</u>	<u>(73)</u>	<u>882</u>
Total	<u>1.859</u>	<u>2.678</u>	<u>(3.005)</u>	<u>(217)</u>	<u>1.315</u>

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2014</u>
Civeis	1.169	5.824	(1.939)	(3.756)	1.298
Trabalhistas	<u>248</u>	<u>837</u>	<u>(524)</u>	<u>-</u>	<u>561</u>
Total	<u>1.417</u>	<u>6.661</u>	<u>(2.463)</u>	<u>(3.756)</u>	<u>1.859</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$1.778 e R\$583, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2015 (R\$1.720 e R\$1.299, respectivamente em 31 de dezembro de 2014).

Os depósitos judiciais no montante de R\$734 (R\$648 em 31 de dezembro de 2014) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2014	8.960	49.752
Adições/Reversões	-	10.588
Ajuste a valor presente	569	2.940
Saldo em 31.12.2015	<u>9.529</u>	<u>63.280</u>

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Investimentos em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2013	458	41.549	7.982
Adições/Reversões	-	6.116	-
Ajuste a valor presente	-	2.087	520
Transferências	8.502	-	(8.502)
Saldos em 31.12.2014	<u>8.960</u>	<u>49.752</u>	<u>-</u>

17. SINISTROS RECEBIDOS

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de R\$1.366 (R\$2.630 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a indenizações recebidas do Itaú Seguros S.A., da Sul América Seguros S.A., Royal & SunAlliance Seguros Brasil S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais sinistrados ao longo da rodovia.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2015 é de R\$413.785 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$358.785. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão demonstradas a seguir:

	31.12.2015		
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Quantidade de ações integralizadas</u>	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A.	231.912.406	231.912.406	100%

	31.12.2014		
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Quantidade de ações integralizadas</u>	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A.	209.396.514	209.396.514	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em 19 de novembro de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade, em dinheiro, no valor de R\$15.000, mediante a emissão de 6.122.449 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 18 de dezembro de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade, em dinheiro, no valor de R\$40.000, mediante a emissão de 16.393.443 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram distribuídos os dividendos no montante de R\$4.264, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 originários da conta de dividendos mínimos obrigatórios provisionados naquela data.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 está demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro líquido do exercício	(11.543)	17.953
Reserva legal 5%	-	898
Base de cálculo	-	17.055
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Total	<u>-</u>	<u>4.264</u>
 Dividendos propostos	 -	 4.264

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita de serviços prestados	267.866	267.148
Receita de serviços de construção	414.691	435.615
Outras receitas	13.434	1.881
	<u>695.991</u>	<u>704.644</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita bruta	695.991	704.644
ISSQN	(13.921)	(13.194)
PIS	(1.997)	(1.766)
COFINS	(9.216)	(8.156)
Outras deduções	(1.217)	(363)
Receita líquida	<u>669.640</u>	<u>681.165</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas:		
Com pessoal	(12.242)	(10.260)
Serviços de terceiros	(3.721)	(3.502)
Manutenção de bens e conservação	(496)	(305)
Depreciação / Amortização	(517)	(417)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	327	(123)
Despesas de aluguel	(494)	(657)
Seguros/Garantias	(2)	(13)
Consumo	(784)	(600)
Transportes	(583)	(529)
Outros	<u>(3.675)</u>	<u>(7.655)</u>
Total	<u><u>(22.187)</u></u>	<u><u>(24.061)</u></u>

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(414.691)	(435.615)
Com pessoal	(19.675)	(17.973)
Serviços de terceiros	(33.328)	(28.828)
Conservação	(15.819)	(16.365)
Manut./Conserv. Móveis/Imóveis	(2.146)	(2.804)
Consumo	(3.988)	(2.798)
Transportes	(3.691)	(3.492)
Verba de Fiscalização	(12.743)	(11.955)
Recursos para Desenvolvimento	(1.300)	(1.134)
Seguros / Garantias	(4.521)	(4.699)
Provisão de manutenção em rodovias	(10.588)	(6.116)
Depreciação / Amortização	(72.922)	(43.735)
Outros	<u>(1.168)</u>	<u>(2.050)</u>
Total	<u><u>(596.580)</u></u>	<u><u>(577.564)</u></u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	7.091	6.064
Outras receitas	103	266
Total	<u>7.194</u>	<u>6.330</u>
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(69.990)	(53.408)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(3.509)	(2.606)
Outras despesas	(1.366)	(328)
Total	<u>(74.865)</u>	<u>(56.342)</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	51.026	5.886
Integralização de capital – reservas de lucro	-	7.675
Juros capitalizados	47.519	19.194
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(53.009)	(20.556)

23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(17.454)	27.490
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	5.934	(9.347)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	(23)	(190)
Despesa contabilizada	<u>5.911</u>	<u>(9.537)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(4.437)	-
Diferido	10.348	(9.537)
	<u>5.911</u>	<u>(9.537)</u>

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em Lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2015.

24. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) líquido e a média ponderada do número de ações utilizadas para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e do lucro (prejuízo) diluído por ação.

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(11.543)	17.953
Número de ações durante o ano	231.912	209.397
Lucro (prejuízo) por ação	<u>(0,04977)</u>	<u>0,08574</u>

Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro (prejuízo) por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro (prejuízo) básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Ativos	31.12.2015 Empréstimos recebíveis	31.12.2014 Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	12.944	62.830
Aplicações financeiras	34.982	29.038
Partes relacionadas	43	9
Contas a receber clientes	20.880	15.737
Outras contas a receber	721	221

Passivos	31.12.2015 Passivos financeiros ao custo amortizado	31.12.2014 Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	42.360	47.951
Empréstimos e financiamentos	919.480	848.573
Debêntures	-	45.383
Partes relacionadas	454.261	167.026
Verba de fiscalização	1.072	1.002
Outras contas a pagar	111	94

Não existem diferenças entre o valor de custo amortizado e o valor justo nos instrumentos financeiros da companhia.

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	13,75%	17,19%	20,63%	10,31%
Juros a incorrer (*)	(60.510)	(75.638)	(90.766)	(45.383)
Receita de aplicações (*)	6.354	10.158	9.530	4.765
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%	5,63%
Juros a incorrer (*)	<u>(69.083)</u>	<u>(86.353)</u>	<u>(103.624)</u>	<u>(51.812)</u>
Juros a incorrer (*)	<u><u>(123.239)</u></u>	<u><u>(151.833)</u></u>	<u><u>(184.860)</u></u>	<u><u>(92.430)</u></u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$13.695 (R\$14.736 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
BNDES Automático	8,32%	77.749	74.052	83.202	93.304	591.172	919.479
Total		<u>77.749</u>	<u>74.052</u>	<u>83.202</u>	<u>93.304</u>	<u>591.172</u>	<u>919.479</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	149.007

(*) Por sinistro

28. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 20 de janeiro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade, em dinheiro, no valor de R\$36.000, mediante a emissão de 14.827.018 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 22 de fevereiro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade, em dinheiro, no valor de R\$16.000, mediante a emissão de 6.584.362 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 21 de março de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade, em dinheiro, no valor de R\$41.000, mediante a emissão de 16.872.428 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Companhia” ou “Autopista Régis Bittencourt”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Companhia iniciou suas operações em 15 de agosto de 2008 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pelos 401,6 quilômetros da rodovia Régis Bittencourt (BR-116), que conecta as cidades de São Paulo (SP) e Curitiba (PR), passando pelos municípios de Taboão da Serra, Embu das Artes, Itapeverica da Serra, São Lourenço, Juquitiba, Miracatu, Juquiá, Registro, Pariquera-açu, Jacupiranga, Cajati e Barra do Turvo, no Estado de São Paulo, e Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Antonina, Colombo e Curitiba, no Estado do Paraná, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 25 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, encerrando-se em 15 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Atualmente, a Companhia opera seis praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária concedida, com as seguintes características:

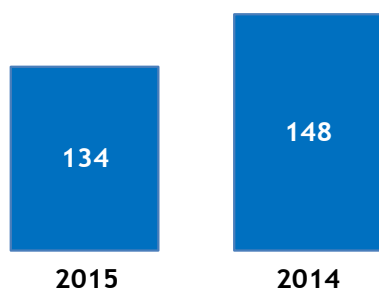
Nome da Praça	Localização	Tarifa (R\$)
São Lourenço da Serra - SP	BR 116 km 298+790	2,50
Miracatu - SP	BR 116 km 370+400	2,50
Juquiá - SP	BR 116 km 426+600	2,50
Cajati - SP	BR 116 km 485+700	2,50
Barra do Turvo - SP	BR 116 km 542+900	2,50
Campina Grande do Sul - PR	BR 116 km 057+095	2,50

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

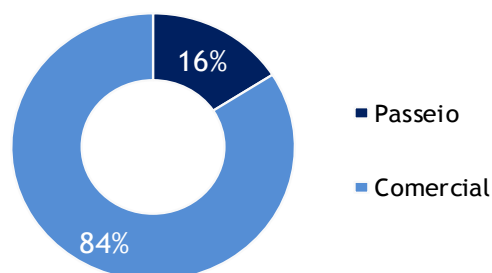
Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 133,7 milhões de veículos equivalentes em 2015, 9,7% inferior quando comparado ao exercício anterior. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias. Adicionalmente, desde abril de 2015 não estão sendo cobrados os eixos suspensos de veículos pesados vazios devido ao cumprimento da Lei dos Caminhoneiros, que resultou no reequilíbrio contratual da tarifa.

Tráfego Pedagiado
 Veículos Equivalentes (milhões)



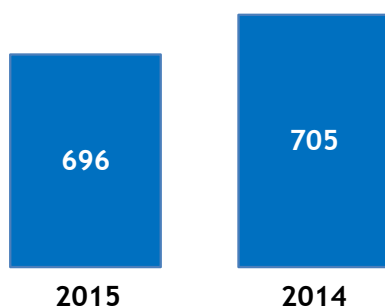
Composição do Tráfego
 Ano 2015



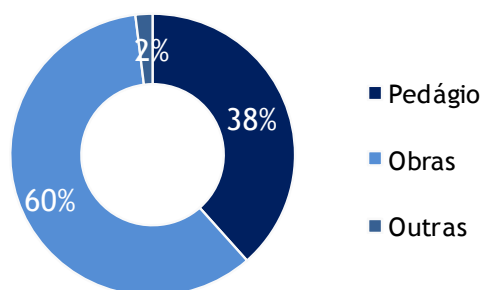
Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$695,0 milhões em 2015, apresentando uma redução de 1,2% em relação aos R\$704,6 milhões registrados em 2014.

Receita Bruta
(R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta
Ano 2015



A receita de pedágio aumentou 0,3%, passando de R\$267,1 milhões em 2014 para R\$267,9 milhões em 2015.

Já a receita de obras registrou uma redução de R\$20,9 milhões (4,8%), passando de R\$435,6 milhões em 2014 para R\$414,7 milhões em 2015. Esse decréscimo foi ocasionado pelo menor volume de obras, principalmente pela conclusão de obras de implantação de ruas laterais e dispositivos de interseção.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$13,4 milhões (+613,8%) em 2015, oriundas principalmente pela realização de contrato de exploração de fibra óptica.

No ano de 2015, a Companhia obteve receita líquida de R\$669,6 milhões, inferior em R\$11,5 milhões ao ano de 2014.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)			
R\$ milhões	2015	2014	Var.
Custo dos serviços de construção	(414,7)	(435,6)	-4,8%
Custos dos serviços prestados	(41,7)	(51,3)	-18,7%
Despesas com pessoal	(31,9)	(28,2)	13,2%
Provisão p/manutenção em rodovias	(10,6)	(6,1)	73,6%
Conservação	(15,8)	(0,2)	7809,5%
Verba Fiscalização	(12,7)	(12,0)	6,2%
Seguro Garantia	(4,5)	(4,7)	-3,8%
Remuneração da administração	(1,8)	(1,6)	14,1%
Consumo	(5,3)	(2,0)	163,3%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(6,9)	(17,8)	-61,1%
Custos e despesas	(546,0)	(559,5)	-2,4%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram uma redução de 2,4% em 2015 em comparação ao exercício de 2014. A variação é justificada pelos custos e despesas abaixo relacionados:

- Custo dos serviços de construção: redução de 4,8% (R\$20,9 milhões) resultante da redução dos investimentos em intangível na concessão, reflexo da conclusão de novas obras, registrado em função da adoção do ICPC 01, com contrapartida em receitas de obras em igual valor, não impactando no resultado;
- Custos dos serviços prestados: redução de R\$9,6 milhões motivados pelo programa de eficiências em que a sociedade busca o melhor aproveitamento dos recursos, através de novas práticas para negociações nos contratos e ao novo método de contratação de seus prestadores, pelo sistema de leilões eletrônicos;
- Seguros e garantias: redução de 3,8% ou R\$200 mil, justificada pela demanda conforme o volume de novas obras contratadas para a rodovia;
- Outros: redução de 61,1% em decorrência principalmente do pagamento de autos de infração por parte da ANTT que ocorreram em 2014 e não se repetiram em 2015.

EBITDA e EBITDA Ajustado

EBITDA				
R\$ milhões	2015	2014	Var.	
Receita líquida	669,6	681,2	-1,7%	
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(546,0)	(559,5)	-2,4%	
EBITDA	123,7	121,7	1,6%	
(+) Provisão para manutenção de rodovias	10,6	6,1	73,6%	
EBITDA Ajustado	134,2	127,8	5,0%	

1 EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2015 em R\$134,2 milhões, com aumento de 5% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi gerado, principalmente, pela redução dos custos e despesas no período, conforme mencionado anteriormente.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro			
R\$ milhões	2015	2014	Var.
Receitas Financeiras	7,2	6,3	14,2%
Despesas Financeiras	(74,9)	(56,3)	33,0%
Resultado Financeiro Líquido	(67,7)	(50,0)	35,3%

O resultado financeiro líquido de 2015 foi negativo em R\$67,7 milhões, sendo 35,3% maior em relação ao ano de 2014.

As receitas financeiras apresentaram aumento de 14,2%, correspondendo a R\$0,9 milhão. Este aumento está diretamente relacionado ao ligeiro aumento no volume das aplicações financeiras.

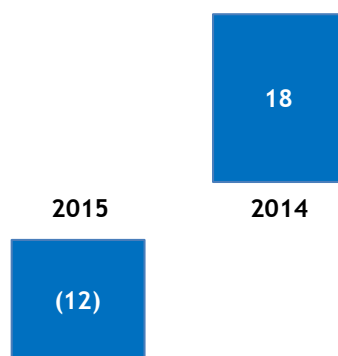
As despesas financeiras apresentaram aumento de R\$18,6 milhões (+33%) em consequência de novas liberações do empréstimo de Longo Prazo junto ao BNDES e assinatura cinco escrituras de Debêntures Privadas junto a sua controladora Arteris S.A., para execução do plano de investimentos da Sociedade.

Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2015 com prejuízo líquido de R\$11,5 milhões, um decréscimo de 164,3% na lucratividade, em comparação ao exercício de 2014.

Os principais fatores que contribuíram para esse decréscimo foram: (i) despesas com depreciações e amortizações aumentadas em torno de 66,3% com relação a 2014, decorrentes da conclusão de novas obras e principalmente da mudança do critério contábil que alterou a forma de amortização dos ativos intangíveis da Companhia, que em 2015 deixou de ser calculada pelo método de curva de tráfego e passou a ser linear; (ii) o aumento do prejuízo financeiro em 35,3%, no comparativo 2015 contra 2014, devido a novas liberações de empréstimos e captações de debêntures, conforme já mencionado anteriormente.

Lucro Líquido
(R\$ milhões)



Endividamento

Endividamento

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Dívida Bruta	(919,5)	(893,9)	2,9%
Curto Prazo	(80,8)	(112,3)	-28,1%
Longo Prazo	(838,7)	(781,6)	7,3%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	47,9	91,9	-47,8%
Dívida Líquida	(871,6)	(802,0)	8,7%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento bruto totalizava R\$919,5 milhões, apresentando um aumento de R\$25,6 milhões (2,9%) em relação ao ano anterior. O aumento da dívida resulta principalmente devido aos novos desembolsos e aumento da taxa de juros em 2015.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2015 em R\$871,6 milhões, apresentando um aumento de R\$69,6 milhões em relação ao montante de R\$802 milhões registrado no encerramento do exercício de 2014. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado ficou em 6,5x, ao final do exercício anterior esta relação era de 6,3x.

DIVIDENDOS

Durante o ano de 2015, foram distribuídos os dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$4,3 milhões.

INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$417,6 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos e manutenções previsto no contrato, dentre os quais vale destacar: (i) R\$304,4 milhões em melhoramentos da rodovia com execução de ruas laterais em pista simples, implantação de trevos em desnível, unidades de dispositivos de interseção e ampliação da capacidade com a duplicação da Serra do Cafezal; (ii) R\$72,6 milhões com manutenção da rodovia, destacando-se R\$26,1 milhões gastos com pavimento, R\$22,7 milhões com elementos de proteção e segurança, R\$10,2 milhões com terraplenos e estruturas de contenção e R\$8,7 milhões em sistemas de drenagem e obras-de-arte correntes; (iii) R\$5,6 milhões desembolsados com elaboração de projetos e desapropriações.

CONCLUSÃO DE OBRAS

No ano de 2015 as obras de maior relevância concluídas foram: (i) implantação de ruas laterais totalizando quinze quilômetros e trezentos metros, distribuídos entre os municípios: Juquiá/SP, Miracatu/SP, Quatro Barras/PR, Campina Grande do Sul/PR e Colombo/PR; (ii) entrega de 03 dispositivos em desnível nas cidades de São Lourenço da Serra, Itapecerica da Serra e Colombo.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2015	2014
Empregos diretos	614	633
Rotatividade	3,33%	4,62%

No que concerne à diversidade, a Autopista Régis Bittencourt apresenta uma participação majoritária de 55,4% de mulheres, contra 44,6% de homens. A média de idade está concentrada em 34 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 68% dos profissionais. Vale mencionar que 16% possuem superior completo.

Ao longo de 2015, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 24.010 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 38,5 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Sustentabilidade

A Arteris é uma empresa que prioriza desenvolver seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento das comunidades lindeiras, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A companhia desenvolve diversos programas focados em promover segurança viária nas rodovias sob concessão, assim como promove projetos voltados para a educação para o trânsito, a preservação ambiental e desenvolvimento sociocultural das comunidades em que está inserida.

A Arteris possui ações em seis áreas:

Segurança

A meta da companhia é reduzir em 50% o número total de acidentes nas estradas sob controle do grupo no período 2011-2020, reproduzindo internamente a meta da ONU sobre o tema - Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito. Para o cumprimento deste objetivo, a companhia criou o GERAR - Grupo Estratégico para Redução de Acidentes, responsável por estabelecer estudos e planos de ação voltados para a preservação da vida no trânsito. Desde setembro de 2014 a empresa realiza o Mês da Segurança Arteris, iniciativa pioneira no setor de concessões rodoviárias voltada para conscientizar motoristas, colaboradores e a sociedade sobre a importância de uma atitude consciente no trânsito. Em 2015 a iniciativa conscientizou quase 1 milhão de pessoas e foi aberta com o 2º Fórum Arteris de Segurança, com a presença de representantes de agências reguladoras de transportes, Ministério da Saúde, órgãos de policiamento rodoviário, instituições de pesquisa e organizações não-governamentais.

Educação

A humanização do trânsito é prioridade da atuação da Arteris na área de educação. A companhia desenvolve o Projeto Escola, iniciativa com 15 anos que prepara professores para atividades com alunos da rede pública sobre segurança no trânsito. A iniciativa é reconhecida como uma boa prática pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). A mesma estratégia é aplicada para a preparação dos educadores sobre temas ambientais por meio do Viva Meio Ambiente.

Também são desenvolvidas ações específicas por meio do Passarela Viva (voltada para pedestres das comunidades lindeiras), Viva Ciclista e Viva Motociclista, de forma a conscientizar esses públicos sobre a importância de uma postura responsável no trânsito.

Saúde

O Programa “Saúde na Boleia” já beneficiou mais de 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O objetivo da iniciativa é incentivar os cuidados com a qualidade de vida entre os profissionais de transporte, dado que eles nem sempre possuem condições adequadas para realizar os cuidados com a saúde. O programa favorece uma abordagem preventiva, estimulando a realização de exames.

Meio Ambiente

A sustentabilidade dos negócios é uma prioridade da companhia, influenciado a maneira como a Arteris realiza as obras de infraestrutura previstas nos contratos de concessão. A empresa desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas de educação ambiental em comunidades lindeiras. . O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo no qual a Arteris e suas concessionárias acompanham a execução das ações nesta área. Além disso, a empresa faz controle e reciclagem do lixo e possui convênios com várias Universidades Estaduais e Federais no controle da fauna.

Apoio aos projetos de incentivo fiscal

O apoio a projetos esportivos, culturais, sociais e de saúde relevantes para as regiões em que as concessionárias Arteris estão inseridas é uma prioridade da companhia. A atuação da empresa também é marcada pela promoção de parcerias com importantes instituições culturais para a realização de exposições de artistas de destaque no cenário internacional. Em 2014, a Arteris apoiou a vinda ao Brasil da exposição mais completa já vista no país do Salvador Dalí. Mais de 1,5 milhão de pessoas puderam apreciar obras do artista plástico espanhol no Rio de Janeiro e São Paulo. No ano de 2015 foi

a vez de chegar ao país a exposição de Joan Miró em São Paulo e Florianópolis. Nessas oportunidades, a companhia promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar à exposição pessoas que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

Voluntariado

O público interno da companhia, por meio do Programa Voluntários é estimulado a manter uma relação de proximidade com as comunidades em que estão inseridos. A empresa estimula os seus colaboradores a desenvolver uma atitude transformadora, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa. A iniciativa ajuda no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais e, ao mesmo tempo, agrega valor aos negócios, fortalecendo a imagem da Arteris.

AGRADECIMENTOS

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de funcionários pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n° 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria Parecer

Na qualidade de Diretores da CONCESSIONARIA, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Declaração da Diretoria DF's

Na qualidade de Diretores da CONCESSIONARIA, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Registro, 29 de março de 2016.

Diretoria

Eneo Palazzi

Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán

Conselheiro

Marta Casas Caba

Conselheira

Marcos Pinto Almeida

Conselheiro

Contador

Fábio dos Santos Carvalho

CRC RJ-090395/O-5 T SP